



República Federativa do Brasil
Ministério das Relações Exteriores
1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



3.0- RESUMO HISTÓRICO

É notável a ação portuguesa na conquista da região amazônica, ao avançar da costa para o oeste, daí chegar à região paraense e nela fundar a província do Grão Pará, ao expulsar enfim outros conquistadores estrangeiros da foz do Amazonas.

Ao longo de praticamente dois séculos foi sendo assegurada a posse dessa área, conforme a exploravam entradistas, tropas de resgate, droguistas do sertão e missionários, alcançando os vales do rio Negro e o rio Branco, seu maior afluente. Consolidou-se a presença de Portugal por fim com a criação da Capitania de São José do Rio Negro, em 1755, com a construção de fortins destinados a defender as fronteiras, ainda com a exploração científica decorrente das primeiras tentativas de demarcar limites naquela região.

Nesse movimento, além de ataques indígenas, também foi necessário defender-se dos ingleses e holandeses que tentavam estabelecer-se no Pará, combater os franceses de Caiena e os espanhóis do Peru.

Especificamente em relação ao Suriname, deve-se observar que os holandeses, uma vez expulsos pelos portugueses do estuário, deslocaram-se para a orla marítima da região guianense, onde já possuíam as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice, aliás administradas pela Companhia das Índias Ocidentais.

Ao decidir fundar a Capitania do Rio Negro, o marquês de Pombal visava não apenas paralisar a expansão espanhola nos cursos altos dos rios da bacia amazônica, como ainda impedir os holandeses de ali penetrar.

Deve-se observar que estes últimos ainda se encontravam distantes da zona em questão, no vale do Essequibo.

Com essa finalidade, foi estabelecida uma política de impedir os holandeses de manter quaisquer relações com os indígenas da região do rio Branco e seus demais formadores. Assim, após uma exploração ordenada e realizada em 1766, que teria chegado até ao rio Maú, documentou-se em 1775 a penetração até o rio Tacutú, para obter-se a certeza de que os holandeses não haviam ultrapassado os rios Essequibo e Rupununi. Terminaram dirigindo-se rumo ao norte, enquanto os portugueses fundavam, ainda no mesmo ano, o Forte de São Joaquim, na confluência dos rios Tacutú e Uraricoera.

Até surgirem os primeiros litígios entre Holanda e Inglaterra, em 1781, coube a essa posição avançada de Portugal assegurar sua jurisdição na área, de resto plenamente acatada por aqueles dois países.



República Federativa do Brasil
Ministério das Relações Exteriores
1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites



Exercendo a função de polícia, cruzavam a região e prendiam comerciantes holandeses por acaso ali surpreendidos. Isso acarretou ordens das autoridades holandesas no sentido de não se ultrapassar o rio Rupununi.

Já em 1783 o capitão-de-fragata Antônio Pires da Silva Pontes, demarcador brasileiro, propôs que, depois da aceitação do divisor de águas formado pela serra de Pacaraima como extremo limite dos domínios espanhóis e portugueses no Norte, como de resto terminou sendo estabelecido, continuaria por ele a fronteira com o Suriname, até o monte Anaí, seguindo em linha reta rumo ao sudeste, atravessando o Rupununi e o Cipó (Alto Essequibo), até a serra de Tumucumaque, perto da nascente do rio Corantine, já na Guiana Francesa.

Após os trabalhos ali realizados por Silva Pontes e ainda por seu companheiro, o capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, em 1786 o naturalista brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu a região.

Seu exemplo foi seguido por Manuel da Gama Lobo de Almeida, logo nomeado governador da Capitania de São José do Rio Negro. Graças a Lobo de Almeida foi introduzida na região a pecuária.

Pode-se ainda mencionar que, em 1798, também realizou viagem terrestre do Pará até o Suriname Francisco José Rodrigues Barata.

Assim, o Brasil jamais teve qualquer demanda fronteira com o Suriname, desde seu fracionamento em favor da antiga Guiana Inglesa, tornando-se tacitamente estabelecido, em função de prévia ocupação portuguesa na área, que a respectiva linha divisória deveria ser traçada pelo divisor de águas entre os rios que banham o território guiaense e os rios da bacia amazônica, concentrados principalmente na zona da serra de Tumucumaque.

O governo holandês aguardou, por sua vez, que se resolvessem as questões do Amapá e do Pirara, negociando em seguida definitivamente com o Brasil os limites entre seu território e o Suriname.

Em 1906, sendo o governo brasileiro representado pelo barão do Rio Branco, foi assinado no Rio de Janeiro o *Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e os Países Baixos, estabelecendo a fronteira entre o Brasil e a Colônia do Suriname*.

Trata-se assim de área completamente demarcada, tendo como limite natural a serra de Tumucumaque.